

DESAFIOS ENFRENTADOS POR PESSOAS NEGRAS E IMIGRANTES NO ENSINO SUPERIOR

Rosane Machado de Oliveira

Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia - Centro Universitário Internacional Uninter; Graduada em Licenciatura Plena em História - Centro Universitário Internacional Uninter; Graduada em Licenciatura Plena em Sociologia - Centro Universitário Internacional Uninter; Especialização em Educação Especial e Inclusiva Centro Universitário Internacional Uninter; Especialização em Docência no Ensino Superior - Faculdade de Educação São Luís; Especialização em Gestão Escolar: Orientação e Supervisão - Faculdade de Educação São Luís; Especialização em Ensino Lúdico - Faculdade de Educação São Luís; Especialização em Alfabetização e Letramento - Centro Universitário Internacional Uninter; Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional - Centro Universitário Internacional Uninter; Acadêmica do Curso de Licenciatura Plena em Ciências Biológicas pelo Centro Universitário Internacional Uninter; Acadêmica do Curso de Bacharelado em Administração pelo Centro Universitário Internacional Uninter. Cursando Especialização em Direitos Humanos e Movimentos Sociais - Centro Universitário Internacional Uninter.

<http://lattes.cnpq.br/5978747851727744>

<https://orcid.org/0000-0002-3317-3771>

E-mail: mulheresbelavista@gmail.com

Sandro da Silva

Formado em Magistério pela Fácil Educacional. Acadêmico do Curso de Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade de Ampère - FAMPER. Acadêmico do Curso de Licenciatura em Letras - Português/Espanhol pela Faculdade UNIMAVI.

<https://orcid.org/0000-0001-9966-6934>

E-mail: sd947317@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/BJE-2026.V4N3>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/BJE-2026.V4N3-15>

RESUMO: A democratização do ensino superior brasileiro tem ampliado o acesso de grupos historicamente sub-representados nas universidades. Entretanto, o ingresso não elimina as desigualdades relacionadas à permanência, à participação e à conclusão dos cursos. Nesse contexto, este artigo tem como objetivo analisar, por meio de pesquisa bibliográfica, os principais desafios enfrentados por pessoas negras e imigrantes no ensino superior, considerando suas dimensões sociais, culturais, econômicas, educacionais e linguísticas, estabelecendo relações com o contexto das universidades do Sudoeste do Paraná. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e natureza bibliográfica, desenvolvida a partir da análise de artigos científicos, legislações e documentos institucionais relacionados à educação superior, relações raciais, migração, inclusão e permanência estudantil. A literatura analisada evidencia que racismo, xenofobia, desigualdades socioeconômicas, ausência de representatividade, dificuldades de adaptação acadêmica e questões linguísticas podem constituir obstáculos à trajetória universitária. Os estudos também apontam que políticas de assistência estudantil, ações afirmativas, mecanismos de acolhimento e estratégias de inclusão linguística podem contribuir para a permanência e o pertencimento acadêmico. Conclui-se que a democratização do ensino superior não deve ser compreendida apenas pela ampliação do acesso, mas também pela criação de condições institucionais que assegurem a participação, a permanência e a conclusão dos estudos. No contexto do Sudoeste do

Paraná, destaca-se ainda a necessidade de ampliar pesquisas que investiguem as especificidades regionais e as experiências de estudantes negros e imigrantes.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino superior. Relações raciais. Imigração. Inclusão. Permanência estudantil. Sudoeste do Paraná.

CHALLENGES FACED BY BLACK PEOPLE AND IMMIGRANTS IN HIGHER EDUCATION

ABSTRACT: The democratization of Brazilian higher education has expanded access to universities for historically underrepresented groups. However, admission does not eliminate inequalities regarding student retention, participation, and degree completion. In this context, this article aims to analyze—through a literature review—the main challenges faced by Black individuals and immigrants in higher education, considering social, cultural, economic, educational, and linguistic dimensions, while relating these issues to the context of universities in Southwest Paraná. This study employs a qualitative approach and is bibliographic in nature, based on the analysis of scientific articles, legislation, and institutional documents concerning higher education, race relations, migration, inclusion, and student retention. The analyzed literature reveals that racism, xenophobia, socioeconomic inequalities, a lack of representation, difficulties with academic adaptation, and linguistic issues can pose obstacles to the university experience. Studies also indicate that student assistance policies, affirmative action, welcoming mechanisms, and linguistic inclusion strategies can contribute to retention and a sense of academic belonging. It is concluded that the democratization of higher education should be understood not merely as an expansion of access, but also as the creation of institutional conditions that ensure participation, retention, and degree completion. Regarding the context of Southwest Paraná, the need for further research investigating regional specificities and the experiences of Black and immigrant students is also highlighted.

KEYWORDS: Higher education. Race relations. Immigration. Inclusion. Student retention. Southwest Paraná.

INTRODUÇÃO

A educação superior ocupa lugar relevante na formação profissional, na produção de conhecimento e na ampliação das possibilidades de participação social. Nas últimas décadas, políticas de democratização do acesso contribuíram para modificar o perfil das instituições de ensino superior brasileiras, ampliando a presença de grupos historicamente sub-representados. Entretanto, a ampliação do ingresso não significa, necessariamente, a superação das desigualdades que atravessam a experiência universitária.

A permanência no ensino superior é influenciada por condições materiais, sociais, culturais e institucionais. Nesse sentido, estudantes pertencentes a grupos historicamente

discriminados podem encontrar obstáculos que ultrapassam o processo seletivo ou o ingresso na instituição. Estudos sobre estudantes negros em universidades públicas brasileiras, por exemplo, demonstram a permanência de experiências de racismo no cotidiano acadêmico.

Em pesquisa realizada com 125 estudantes negros, 68 participantes (54,4%) relataram ter sofrido racismo pelo menos uma vez dentro da universidade (Guerra et al., 2024). A questão também se apresenta de maneira específica para estudantes imigrantes. A inserção no ensino superior pode envolver diferenças linguísticas, culturais e acadêmicas, além da necessidade de compreender normas, práticas e formas de interação próprias da instituição. Pesquisa realizada com estudantes migrantes em uma universidade pública federal brasileira identificou dificuldades relacionadas às expectativas sobre os cursos, à organização curricular, às práticas de letramento acadêmico e aos processos identitários nas relações com os pares.

A dimensão linguística, nesse contexto, merece uma análise que ultrapasse a ideia de que o estudante imigrante simplesmente “não domina” a língua. Pinto e Dias (2023), problematizam a própria noção de “barreira linguística”, demonstrando que situações de desencontro comunicativo também estão relacionadas a relações de poder e a ideologias linguísticas presentes nos processos migratórios.

No Paraná, a discussão sobre inclusão racial no ensino superior também apresenta relevância. Pesquisa recente dedicada às políticas de cotas raciais nas instituições federais do estado analisou sua implementação entre 2012 e 2022, considerando dados do IBGE, Inep e das próprias instituições, e discutiu os desafios relacionados à inclusão e à permanência de estudantes pretos, pardos e indígenas (Lima; Lima, 2025).

Nesse cenário, o recorte para as universidades do Sudoeste do Paraná mostra-se pertinente por permitir discutir como questões mais amplas relacionadas às desigualdades raciais, à migração e à inclusão no ensino superior podem ser compreendidas em uma realidade regional específica.

Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar, por meio de pesquisa bibliográfica, os principais desafios enfrentados por pessoas negras e imigrantes no ensino superior, considerando aspectos sociais, culturais, econômicos, educacionais e

linguísticos, bem como discutir estratégias institucionais capazes de favorecer sua inclusão e permanência nas universidades.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e caráter exploratório. A escolha desse percurso metodológico está relacionada ao objetivo de reunir, analisar e discutir conhecimentos já produzidos acerca dos desafios enfrentados por pessoas negras e imigrantes no ensino superior. O levantamento bibliográfico foi realizado a partir da consulta a artigos científicos publicados em periódicos acadêmicos, documentos oficiais e legislação brasileira relacionada à educação superior, às relações raciais, à migração, à assistência estudantil e às políticas de inclusão.

Foram priorizadas produções científicas que apresentassem relação direta com pelo menos um dos seguintes eixos: relações raciais no ensino superior; experiências de estudantes negros; estudantes migrantes ou imigrantes; letramento e inserção acadêmica; barreiras linguísticas; políticas de acesso e permanência; assistência estudantil e ações afirmativas.

A análise foi desenvolvida de forma interpretativa, buscando identificar aproximações, diferenças e contribuições das produções selecionadas para a compreensão do fenômeno estudado. Para fins de organização, a discussão foi estruturada em cinco dimensões: (a) barreiras sociais e culturais; (b) acesso, permanência e inclusão; (c) desigualdades educacionais; (d) questões linguísticas e inserção acadêmica; e (e) redes de apoio e solidariedade.

Por se tratar de pesquisa bibliográfica, não foram realizadas entrevistas, aplicação de questionários ou observações de campo. Dessa forma, as considerações apresentadas neste artigo correspondem à interpretação da literatura e dos documentos analisados, não constituindo levantamento empírico específico sobre estudantes das universidades do Sudoeste do Paraná.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

BARREIRAS SOCIAIS, CULTURAIS E RACIAIS

A literatura analisada demonstra que o ingresso no ensino superior não elimina as relações de desigualdade presentes na sociedade. O ambiente universitário também pode reproduzir práticas de discriminação, preconceito e exclusão, afetando de diferentes maneiras estudantes pertencentes a grupos historicamente marginalizados.

No caso da população negra, o racismo constitui uma dimensão central dessa problemática. Guerra et al. (2024), ao investigarem o racismo institucional em uma universidade pública brasileira, identificaram que 54,4% dos participantes haviam vivenciado racismo dentro da universidade. Entre aqueles que relataram experiências de racismo, estudantes apareceram como importantes agentes dessas situações, seguidos por docentes e outros integrantes da comunidade universitária.

Os resultados desse estudo são relevantes porque demonstram que a discriminação racial não pode ser compreendida exclusivamente como uma questão externa à universidade. As relações institucionais e interpessoais que constituem a vida acadêmica também podem reproduzir desigualdades raciais.

A representatividade constitui outro elemento relevante. A presença de estudantes e profissionais negros nos diferentes espaços da universidade contribui para ampliar a diversidade institucional e pode favorecer a construção de referências acadêmicas e profissionais. Entretanto, a representatividade, isoladamente, não garante inclusão. É necessário que esteja acompanhada de condições efetivas de participação e reconhecimento.

Para estudantes imigrantes, as barreiras sociais e culturais assumem outras configurações. A adaptação a um novo país pode envolver mudanças nas relações sociais, nas formas de comunicação e na compreensão das práticas institucionais. Nesse sentido, a inclusão precisa considerar a diversidade de trajetórias e não pressupor que todos os estudantes possuam as mesmas condições de adaptação.

ACESSO, PERMANÊNCIA E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A democratização do ensino superior envolve tanto a ampliação do acesso quanto a criação de condições para a permanência. Custos relacionados à alimentação, transporte, moradia, materiais acadêmicos e tecnologias podem representar obstáculos importantes para estudantes em situação de vulnerabilidade.

No âmbito federal, a Lei nº 14.914/2024 instituiu a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), estabelecendo como finalidade ampliar e garantir condições de permanência e conclusão dos cursos na educação pública federal. A legislação contempla ações relacionadas à moradia, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte e apoio pedagógico, entre outras.

A legislação também estabelece objetivos relacionados à redução das desigualdades sociais e regionais, à diminuição da retenção e evasão e à promoção da inclusão social pela educação. Entre suas disposições, contempla ainda estudantes estrangeiros em situação de vulnerabilidade socioeconômica ou refugiados em determinadas ações de assistência.

Essas medidas evidenciam que a permanência estudantil deve ser tratada como dimensão fundamental das políticas de democratização do ensino superior. Para estudantes negros e imigrantes, entretanto, a assistência material precisa ser articulada a ações de combate à discriminação e de acolhimento acadêmico e cultural.

No Paraná, a discussão sobre políticas de cotas também evidencia a necessidade de analisar o acesso em conjunto com a permanência. Lima e Lima (2025) discutem os resultados e desafios das cotas raciais nas instituições federais do estado, destacando a persistência das desigualdades raciais mesmo diante da ampliação das políticas de ação afirmativa.

DESIGUALDADES EDUCACIONAIS E TRAJETÓRIA ATÉ A UNIVERSIDADE

A experiência universitária não começa no momento do ingresso. As oportunidades educacionais acumuladas ao longo da educação básica influenciam as condições de preparação para o ensino superior. Diferenças relacionadas à qualidade da

educação, ao acesso a recursos tecnológicos, aos materiais pedagógicos e às condições socioeconômicas podem produzir trajetórias educacionais desiguais.

Para estudantes negros, essas desigualdades podem estar articuladas às próprias estruturas históricas de desigualdade racial. A legislação brasileira reconhece a importância da valorização da história e da cultura afro-brasileira. A Lei nº 10.639/2003 tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na educação básica, representando um marco no reconhecimento da contribuição da população negra para a formação da sociedade brasileira.

No caso de estudantes imigrantes, trajetórias escolares realizadas em outros países podem apresentar diferenças curriculares, linguísticas e institucionais em relação ao sistema educacional brasileiro. Essas diferenças podem demandar processos específicos de acolhimento e orientação.

Assim, as desigualdades observadas no ensino superior precisam ser compreendidas em uma perspectiva longitudinal, considerando as condições educacionais e sociais que antecedem o ingresso na universidade.

QUESTÕES LINGUÍSTICAS E INSERÇÃO ACADÊMICA

A dimensão linguística ocupa posição central na experiência acadêmica de estudantes imigrantes. A participação universitária envolve leitura, escrita, apresentação oral, produção científica e interação constante com professores e colegas. Dessa forma, diferenças relacionadas às práticas linguísticas podem influenciar a inserção acadêmica.

Estudo publicado na Revista Brasileira de Linguística Aplicada analisou a experiência de quatro estudantes migrantes de crise ingressantes em uma universidade pública federal brasileira. Os resultados apontaram desencontros entre expectativas e estrutura curricular, opacidade de aspectos do letramento acadêmico e questões identitárias nas interações com pares.

Esses resultados sugerem que as dificuldades enfrentadas pelos estudantes migrantes não podem ser reduzidas ao domínio do idioma. A própria organização institucional e as práticas acadêmicas podem produzir obstáculos quando não consideram

diferentes trajetórias linguísticas e culturais. Pinto e Dias (2023) oferecem contribuição importante ao questionarem a expressão “barreira linguística”.

A pesquisa demonstra que determinados desencontros comunicativos podem funcionar como espaços de negociação e de relações de poder, sendo inadequado atribuí-los simplesmente a uma suposta insuficiência linguística do estudante migrante. Nesse sentido, políticas de inclusão linguística devem ser construídas de maneira institucional, contemplando apoio acadêmico, orientação e espaços de interação, sem desconsiderar as identidades linguísticas e culturais dos estudantes.

REDES DE APOIO, PERTENCIMENTO E RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAL

As redes de apoio constituem importante dimensão da permanência universitária. Relações estabelecidas com colegas, professores, grupos estudantis e serviços institucionais podem facilitar o acesso a informações, fortalecer vínculos e contribuir para o sentimento de pertencimento.

Para estudantes negros, coletivos e espaços de discussão sobre relações raciais podem contribuir para o enfrentamento de situações discriminatórias e para a construção de espaços de reconhecimento. Para estudantes imigrantes, grupos de acolhimento e atividades interculturais podem facilitar a adaptação ao ambiente acadêmico.

Entretanto, é necessário evitar que essas redes sejam compreendidas como substitutas das responsabilidades institucionais. A solidariedade entre estudantes é relevante, mas não pode ocupar o lugar de políticas universitárias permanentes de assistência, acolhimento e enfrentamento à discriminação.

A PNAES estabelece mecanismos de assistência que podem contribuir para a permanência, incluindo apoio pedagógico, saúde, alimentação, moradia, transporte e inclusão digital. A legislação também prevê o Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes), voltado a determinados estudantes estrangeiros participantes de programas de cooperação educacional.

Dessa forma, redes de solidariedade e políticas institucionais devem ser compreendidas como dimensões complementares de uma política de inclusão. A universidade precisa criar mecanismos para que os estudantes tenham acesso não apenas à vaga, mas também às condições necessárias para desenvolver sua trajetória acadêmica.

O CONTEXTO DO SUDOESTE DO PARANÁ

A discussão sobre pessoas negras e imigrantes nas universidades do Sudoeste do Paraná precisa ser situada dentro das transformações mais amplas do ensino superior brasileiro e paranaense. As políticas de ação afirmativa e de permanência modificaram as possibilidades de acesso de grupos historicamente sub-representados, mas não eliminaram as desigualdades existentes.

A literatura específica sobre o Paraná demonstra que as políticas de cotas constituem importante instrumento de democratização do acesso, mas também apresenta desafios relacionados à efetivação da inclusão e da permanência (Lima; Lima, 2025). Entretanto, a revisão realizada também revela uma lacuna: os estudos identificados não permitem afirmar, por si só, como essas experiências se manifestam especificamente nas universidades do Sudoeste do Paraná.

Assim, é metodologicamente inadequado generalizar resultados obtidos em outras regiões para toda a realidade regional. Essa constatação constitui, simultaneamente, uma limitação e uma possibilidade de pesquisa. A realização de estudos futuros especificamente voltados às instituições do Sudoeste do Paraná poderá contribuir para identificar características regionais, políticas institucionais existentes e experiências concretas de estudantes negros e imigrantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa bibliográfica permitiu analisar diferentes dimensões dos desafios enfrentados por pessoas negras e imigrantes no ensino superior. A literatura examinada demonstra que as desigualdades não se restringem ao ingresso na

universidade, mas também estão relacionadas às condições de permanência, participação, pertencimento e conclusão dos cursos.

Entre os principais desafios identificados destacam-se o racismo, a discriminação, a xenofobia, as desigualdades socioeconômicas, a ausência de representatividade e as dificuldades relacionadas às práticas acadêmicas e linguísticas. Esses fatores podem atuar de forma articulada e produzir experiências distintas de acordo com a trajetória de cada estudante.

Os estudos analisados também indicam que políticas de acesso precisam estar associadas a políticas de permanência. A PNAES representa, nesse sentido, importante marco institucional ao reconhecer a necessidade de enfrentar desigualdades sociais e regionais e estabelecer ações destinadas à permanência estudantil.

No caso dos estudantes negros, a literatura evidencia que a presença do racismo no ambiente universitário permanece um desafio concreto. Os dados apresentados por Guerra et al. (2024), reforçam que a democratização do acesso não elimina automaticamente práticas discriminatórias e que o enfrentamento do racismo deve integrar as políticas institucionais das universidades.

Para estudantes imigrantes, os estudos apontam que a inserção acadêmica envolve questões linguísticas, culturais e institucionais. A superação dessas dificuldades exige que as instituições não atribuam exclusivamente ao estudante a responsabilidade por sua adaptação, mas desenvolvam políticas de acolhimento e práticas acadêmicas sensíveis à diversidade.

Em relação ao recorte regional, a pesquisa evidencia a necessidade de ampliar a produção científica especificamente sobre as universidades do Sudoeste do Paraná. A literatura disponível permite compreender tendências nacionais e estaduais, mas não autoriza generalizações sobre a experiência dos estudantes da região sem investigação empírica específica.

Uma universidade efetivamente inclusiva não é aquela que apenas amplia o acesso de grupos diversos, mas aquela que cria condições institucionais para que esses sujeitos permaneçam, participem, sejam reconhecidos e concluam sua formação. O enfrentamento das desigualdades requer articulação entre políticas públicas, ações afirmativas,

assistência estudantil, acolhimento, combate ao racismo e a xenofobia e valorização da diversidade cultural e linguística.

Por fim, destaca-se que a construção de instituições de ensino superior mais inclusivas constitui um processo permanente. No Sudoeste do Paraná, aprofundar o conhecimento sobre as experiências de pessoas negras e imigrantes pode contribuir não apenas para a produção acadêmica, mas também para o aprimoramento das políticas institucionais e para a construção de espaços universitários mais democráticos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia Kelma de Alencar; XIMENES, Verônica Moraes. Permanência de estudantes pobres nas universidades públicas brasileiras: uma revisão sistemática. **Psicologia da Educação**, São Paulo, n. 50, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5935/2175-3520.20200003>. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicoeduca/article/view/50450>. Acesso em: 12 dez. 2024.

BARBOSA, Maria Carolina Rosa Orlando; NASCIMENTO, Manoel Nelito Matheus. Ações afirmativas: acesso e permanência de estudantes cotistas negros (as) na UFSCar. **Cadernos da Pedagogia**, São Carlos, v. 17, n. 38, p. 415-436, 2023. Disponível em: <https://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/view/1999>. Acesso em: 18 jan. 2025.

BORGES DO ROSARIO, Luiz Gustavo. Ações afirmativas e relações raciais no ensino superior: acesso, permanência e experiências. **Diversidade e Educação**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 912-926, 2025. DOI: <https://doi.org/10.63595/de.v13i1.18951>. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/18951>. Acesso em: 15 mar. 2026.

BORGES, Eduardo Henrique Narciso; GOUVEA, Adriane Pereira; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. Entre crises e dilemas persistentes: uma análise dos programas de permanência estudantil nas universidades federais brasileiras. **Plural**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 60-79, 2022. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2022.192974>. Disponível em: <https://revistas.usp.br/plural/article/view/192974>. Acesso em: 7 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 17 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024**. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 jul. 2024. Disponível em: https://planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/114914.htm. Acesso em: 22 ago. 2025.

EUGENIO, Benedito; TRINDADE, Lucas Bonina. Ações afirmativas e permanência de negro/as no ensino superior: as narrativas dos estudantes. **Educere et Educare**, Cascavel, v. 12, n. 24, p. 1-12, 2017. DOI: <https://doi.org/10.17648/educare.v12i24.16226>. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/16226>. Acesso em: 14 jan. 2025.

GANAM, Eliana Almeida Soares; PINEZI, Ana Keila Mosca. Desafios da permanência estudantil universitária: um estudo sobre a trajetória de estudantes atendidos por programas de assistência estudantil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 37, e228757, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698228757>. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/37441>. Acesso em: 28 jul. 2025.

GUERRA, Nathalia Ester Martins *et al.* O racismo institucional na universidade e consequências na vida de estudantes negros: um estudo misto. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, mar. 2024. DOI: 10.1590/1413-81232024293.04232023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/Qf3DZqBwNqYcy9V3bZS5hKq/>. Acesso em: 14 ago. 2025.

LIMA, Leandro Cavalcante; LIMA, Isaura Alberton de. Desafios e resultados das cotas raciais no ensino superior do Paraná. **Revista da AGU**, Brasília, DF, v. 24, n. 3, p. 89-112, set. 2025. DOI: [doi.org](https://doi.org/10.1590/1413-81232025243.00000000). Disponível em: <https://revistaagu.agu.gov.br/index.php/AGU/article/view/3663>. Acesso em: 17 ago. 2026.

MATTOS, Elisa; DINIZ, Leandro Rodrigues Alves. “Calma aí, mas eu não sou assim, eu nem sei como isso acontece”: práticas de letramento e experiências de estudantes migrantes de crise em uma universidade pública brasileira. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbla/article/view/58000>. Acesso em: 3 dez. 2025.

MONGIM, Andrea Bayerl. Projetos de escolarização e ingresso de estudantes negros na universidade em contexto de ações afirmativas. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 143-159, 2017. DOI: <https://doi.org/10.20500/rce.v12i23.3230>. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/3230>. Acesso em: 19 fev. 2025.

PINTO, Joana Plaza; DIAS, Ana Luiza Krüger. Barreiras ou pontos de inspeção? Ideologias linguísticas sobre migração e o modelo de comunicação moderno-colonial. **Gragoatá**, Niterói, v. 28, n. 60, e53275, jan./abr. 2023. DOI: [doi.org](https://doi.org/10.1590/1413-812320232860.e53275). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gragoata/a/c55bBBncYmj4f4qMTJQjgJx/>. Acesso em: 10 mai. 2026.

RIBEIRO, Wenderson Silva; MENDES, Maíra Tavares. Racismo estrutural e permanência de estudantes negras/os na universidade. **Revista Educação em Debate**, Fortaleza, v. 45, n. 90, p. 1-17, mai./ago. 2023. DOI: <https://doi.org/10.36517/eemd.v45i90.92685>. Disponível em: <https://www.periodicos.ufc.br/educacaoemdebate/article/view/92685>. Acesso em: 11 nov. 2024.

VIEIRA, Paulo Alberto dos Santos; CUSTÓDIO, Maria Aparecida Correa. Ação afirmativa e cotas para negros em universidades brasileiras: raça, ensino superior e a agenda em disputa nas décadas iniciais do século XXI. **Ciências Sociais em Revista**, [S. l.], v. 62, n. 1, p. 79-100, jan./abr. 2026. DOI: <https://doi.org/10.34024/csr.2026>.

62.1.21150. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/csr/article/view/21150>. Acesso em: 10 mai. 2026.

Submissão: junho de 2026. Aceite: julho de 2026. Publicação: setembro de 2026.